



(RE)CONHECENDO OS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS: AÇÃO COLETIVA E INOVAÇÃO SOCIAL NA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

(RE)COGNISING BLACK UNIVERSITY COLLECTIVES: COLLECTIVE ACTION AND SOCIAL INNOVATION ACTIVISM IN STUDENT RETENTION

(RE)CONOCIENDO LOS COLECTIVOS NEGROS UNIVERSITARIOS: ACCIÓN COLECTIVA Y INNOVACIÓN SOCIAL EN LA PERMANENCIA ESTUDANTIL

Grupo temático 11 - Relações socioestatais e construções democráticas da ação pública: experiências e desafios de pesquisadores e práticos no campo

Ana Luísa da Silva Duarte dos Santos, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

André Augusto Manoel, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Carolina Andion, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

RESUMO

Este trabalho analisa o papel dos coletivos negros universitários de Florianópolis (UDESC e UFSC) na promoção da permanência estudantil sob a ótica da inovação social e do ativismo institucional. Diante do racismo institucional e epistêmico que estrutura o ensino superior brasileiro, a pesquisa investiga como esses grupos atuam como arenas de resistência e coprodução de políticas públicas. A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, utilizando a Cartografia de Ecossistemas de Inovação Social e entrevistas semiestruturadas com membros de seis coletivos: CFM, Guerreiro Ramos, Juliano Moreira, Magali da Silva Almeida, SAGRAI e Sankofa. Os resultados demonstram que a prática do "aquilombamento acadêmico" funciona como uma tecnologia social indispensável, oferecendo mediação psicossocial e suporte identitário que combatem o isolamento e o adoecimento mental. Conclui-se que os coletivos não apenas demandam políticas de assistência, mas transformam a governança universitária ao pautar a descolonização dos saberes e a transparência na aplicação das ações afirmativas.

Palavras-chave: Coletivos Negros; Permanência Estudantil; Inovação Social; Racismo Institucional; Aquilombamento.

ABSTRACT

This study analyzes the role of black university collectives in Florianópolis (UDESC and UFSC) in promoting student retention through the lens of social innovation and institutional activism. In the face of institutional and epistemic racism that structures Brazilian higher education, the research investigates how these groups act as arenas of resistance and co-production of public policies. The methodology adopted was qualitative and exploratory, using the Mapping of Social Innovation Ecosystems and semi-structured interviews with members of six collectives: CFM, Guerreiro Ramos, Juliano Moreira, Magali da Silva Almeida, SAGRAI, and Sankofa. The results demonstrate that the practice of "academic quilombismo" (aquilombamento) functions as an indispensable social technology, offering psychosocial mediation and identity support that combat isolation and mental distress. The study concludes that these collectives not only demand assistance policies but also transform university governance by advocating for the decolonization of knowledge and transparency in the implementation of affirmative actions.

Keywords: Black Collectives; Student Retention; Social Innovation; Institutional Racism; Aquilombamento.



RESUMEN

Este trabajo analiza el papel de los colectivos negros universitarios de Florianópolis (UDESC y UFSC) en la promoción de la permanencia estudiantil bajo la óptica de la innovación social y el activismo institucional. Ante el racismo institucional y epistémico que estructura la educación superior brasileña, la investigación indaga cómo estos grupos actúan como arenas de resistencia y coproducción de políticas públicas. La metodología adoptada fue cualitativa y exploratoria, utilizando la Cartografía de Ecosistemas de Innovación Social y entrevistas semiestructuradas con miembros de seis colectivos: CFM, Guerreiro Ramos, Juliano Moreira, Magali da Silva Almeida, SAGRAI y Sankofa. Los resultados demuestran que la práctica del "aquilombamiento académico" funciona como una tecnología social indispensable, ofreciendo mediación psicosocial y soporte identitario que combaten el aislamiento y el padecimiento mental. Se concluye que los colectivos no solo demandan políticas de asistencia, sino que transforman la gobernanza universitaria al plantear la descolonización de los saberes y la transparencia en la aplicación de las acciones afirmativas.

Palabras clave: Colectivos Negros; Permanencia Estudiantil; Innovación Social; Racismo Institucional; Aquilombamiento.

1. Introdução

A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, consolidada pela Lei de Cotas (Brasil, 2012), representa um marco histórico na tentativa de reparação das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. No entanto, o ingresso massivo de estudantes negros nas universidades públicas (Inep, 2022), como a UFSC e a UDESC, não foi acompanhado por uma transformação imediata das estruturas institucionais que as sustentam. Historicamente, essas instituições foram forjadas sob uma lógica eurocentrada, o que gera um conflito intrínseco quando corpos negros passam a ocupar esses espaços de poder e saber (Siqueira & Ramos, 2021a). O problema público central, portanto, desloca-se da barreira do acesso para o desafio complexo da permanência estudiantil, que é multifacetada e exige novas respostas.

Neste cenário, a permanência não pode ser compreendida apenas sob a ótica da assistência financeira ou material, embora esta seja fundamental para a sobrevivência do estudante. Ela envolve dimensões simbólicas, subjetivas e políticas, nas quais o estudante precisa se sentir pertencente a um ambiente que, frequentemente, o hostiliza ou ignora suas trajetórias (Favato e Ruiz, 2018; Sobrinho, 2010). O racismo institucional manifesta-se no cotidiano acadêmico através da ausência de representatividade e da desvalorização de epistemologias não brancas (Siqueira & Ramos, 2021a). É justamente para responder a essa lacuna que emergem os coletivos negros dentro do ecossistema universitário, atuando como redes de suporte.

Os coletivos negros universitários em Florianópolis representam formas de organização que buscam subverter a lógica da solidão imposta pelo racismo institucional no ensino superior. Eles não são apenas grupos de afinidade, mas atores políticos que praticam o que a literatura de inovação social define como ativismo institucional e agir criativo (Moraes, 2014). Através da união, esses estudantes transformam suas dores individuais em pautas coletivas, exigindo que a universidade reconheça suas demandas e especificidades. O estudo desses grupos permite compreender como a sociedade civil, organizada em arenas públicas, pode influenciar e moldar a gestão pública universitária.

A relevância deste artigo reside na necessidade de documentar e analisar o papel desses coletivos como motores de inovação social no campo das interações socioestatais (Andion, 2017; Marques, 2023). O estudo propõe um olhar crítico sobre os processos participativos e as experimentações democráticas, e o caso dos coletivos negros é exemplar nesse sentido. Eles representam a "ação coletiva insurgente" (Santos, Oliveira & Azevedo, 2022) que, a partir das margens, tensiona o centro da governança pública para coproduzir políticas mais equitativas. Assim, o trabalho foca na atuação desses grupos e sua relação com as universidades, observando como essa interação promove ou desafia a democracia.

O objetivo geral é analisar a atuação dos coletivos negros nas universidades de Florianópolis e como eles se relacionam com as estruturas institucionais em prol da permanência. Busca-se entender quais são os modos de ação desses grupos e como eles conseguem, ou não, institucionalizar suas demandas dentro da burocracia estatal universitária. A hipótese central é que o "aquilombamento" funciona como uma tecnologia social indispensável para a manutenção da saúde mental e para a continuidade acadêmica dos estudantes negros (Nascimento, 1980). Sem essas redes, o impacto do racismo institucional seria um fator de expulsão ainda mais potente.

Para atingir esses objetivos, o artigo percorre uma análise qualitativa baseada na trajetória de seis coletivos específicos que atuam em diferentes centros de ensino. São eles: Coletivo CFM (Centro de Física e Matemática - UFSC), Coletivo Guerreiro Ramos (Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - UDESC), Coletivo Negro Juliano Moreira (Medicina - UFSC), Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida (UFSC), SAGRAI (multicampi - UDESC) e Coletivo Negro de História Preta Sankofa (História - UFSC). Cada um desses grupos, em suas respectivas áreas de atuação, desenvolve estratégias singulares de enfrentamento ao racismo e de promoção da permanência. A diversidade das áreas — que vão da Medicina à História, passando pela Administração Pública e Exatas — permite uma visão holística do fenômeno estudado.

A estrutura do texto está organizada de modo a fornecer, primeiramente, o embasamento teórico sobre racismo institucional e inovação social, seguido pela metodologia cartográfica utilizada. Na sequência, os resultados são discutidos à luz das falas dos entrevistados, evidenciando as tensões e as conquistas na relação com a gestão universitária. Por fim, as considerações finais sintetizam as aprendizagens e sugerem caminhos para o fortalecimento dessas instâncias de participação democrática. A intenção é que este relato sirva como subsídio para gestores e pesquisadores interessados na democratização real da educação superior.

Por fim, vale ressaltar que este trabalho não é neutro, mas se posiciona a partir de uma perspectiva decolonial e engajada com a transformação social (Silva e Wanderley, 2022). Ao dar voz aos membros dos coletivos, busca-se romper com a tradição de pesquisas que falam "sobre" a população negra sem considerar sua agência política. O artigo pretende demonstrar que os coletivos negros são, na verdade, os principais arquitetos da permanência negra na universidade hoje. Eles operam onde o Estado falha, criando alternativas de vida e conhecimento em um ambiente que ainda resiste à sua plena integração.

2. Fundamentação Teórica

A discussão sobre a presença negra na universidade deve partir, necessariamente, da compreensão do racismo institucional como um fenômeno que estrutura as relações de poder (Almeida, 2018). Conforme discutido em referências clássicas, o racismo não se limita a atos individuais de preconceito, mas está entranhado nas normas e no funcionamento das organizações. Na universidade, isso se traduz em currículos que silenciam a produção intelectual negra e em uma burocracia que muitas vezes ignora as dificuldades específicas de estudantes negros. Essa estrutura cria um ambiente de "eurocentrismo epistêmico" que marginaliza saberes ancestrais e diversas formas de existência (Santos, Oliveira & Azevedo, 2022).

O conceito de inovação social é central para entender o papel dos coletivos negros como agentes de mudança dentro deste ecossistema (Andion, 2017). A inovação social, sob uma perspectiva multicêntrica, não é algo que ocorre apenas de dentro do governo para fora, mas surge da articulação entre atores da sociedade civil (Andion & Magalhães, 2021). Trata-se de processos de experimentação democrática, em que a criatividade da ação encontra com a regularidade do instituído e, por vezes, produz mudanças sociais de maior alcance. Os processos de inovação social acontecem em campos de experiência coletiva e em meio a trajetórias longas de condefinição dos problemas públicos (Andion et al, 2017; Andion, Alperstedt & Graeff, 2020; Andion et al, 2021). Os coletivos negros são exemplos de "comunidades de prática" que se inserem nessas trajetórias, identificam problemas públicos muitas vezes negligenciados pelas instituições de ensino superior e propõem soluções criativas. Eles operam em arenas públicas (Cefaï, 2017; Observa Floripa, n.d.) onde a disputa por direitos e por reconhecimento de identidades ocorre de forma intensa e cotidiana.

Nesse contexto, o termo "aquilombamento" ganha uma dimensão política e pedagógica fundamental para a permanência estudantil no ensino superior brasileiro (Siqueira & Ramos, 2021a; Siqueira & Ramos, 2021b). Aquilombar-se significa criar espaços de refúgio e resistência onde o estudante negro possa recuperar sua humanidade, frequentemente fragmentada pelo racismo (Nascimento, 1980). Esses espaços funcionam como redes de cuidado que oferecem suporte emocional e material, combatendo o isolamento que leva ao adoecimento mental. A literatura aponta que o aquilombamento é uma tecnologia de sobrevivência que permite a manutenção da identidade negra em ambientes brancos (Munanga, 2009).

As relações entre os coletivos e as universidades públicas foram analisadas nesse artigo como processos de interação socioestatal. Essa agenda de pesquisa busca reposicionar os estudos sobre os atores da sociedade civil compreendendo-os em suas interações concretas com atores diversos, incluindo os atores estatais, em seus contextos específicos, analisando os efeitos dessas interações na democracia, nas políticas públicas e nos territórios (Andion, 2025). Trata-se de abordagens relacionais que enfatizam não a separação dicotômica entre Estado e sociedade, mas a sua codeterminação e a mútua constituição. As pesquisas demonstram que esses atores determinam-se mutuamente em processos situados que combinam autonomia e dependência de maneiras variadas (Gurza Laval; Szwako, 2015; Marques, 2023). Nesse sentido, como a presente pesquisa buscará demonstrar, estudantes negros organizados em seus coletivos ocupam conselhos, colegiados e fóruns de decisão para pautar a questão racial como uma prioridade de gestão pública, organizam espaços de resistência, acolhimento e pertencimento e, nesse processo, coproduzir de forma mais ou menos democrática as políticas de permanência que reivindicam. Esse agir criativo é uma resposta às crises de representatividade e demonstra que a democracia universitária precisa ser constantemente provocada. A institucionalização das demandas dos coletivos é um processo lento, cheio de avanços e retrocessos, mas essencial para a construção de uma universidade plural.

Uma lente fundamental para a análise da permanência estudantil é a da interseccionalidade, reconhecendo que raça, classe e gênero se cruzam para definir as trajetórias acadêmicas (Carneiro, 2018). Estudantes negros, em sua maioria oriundos de escolas públicas, enfrentam barreiras que vão além da falta de recursos financeiros, atingindo o campo simbólico (Guimarães, Rios e Sotero, 2020). A sensação de "não pertencer" ao espaço universitário é um dos principais motivos de evasão (Lima e Nadir, 2018), sendo combatida diretamente pela atuação dos coletivos. O suporte entre pares torna-se, então, uma estratégia de política pública "de baixo para cima" que garante a continuidade dos estudos.

A governança pública universitária, por vezes, falha em reconhecer a legitimidade desses grupos como interlocutores válidos em processos de inovação social. Há uma tendência à burocratização que dificulta a participação direta de estudantes ativistas na definição das políticas de assistência. Os coletivos negros desafiam a gestão a sair de sua zona de conforto e a adotar uma postura de escuta ativa e compartilhamento de poder.

Outro ponto teórico relevante é o racismo epistêmico, que exclui a história e a cultura africana e afro-brasileira dos currículos universitários oficiais (Marcelino, 2025). A luta dos coletivos é também uma luta por uma "ecologia de saberes", onde diferentes formas de conhecimento possam coexistir (Batista et al., 2022). Ao reivindicarem a inclusão de autores negros nas ementas das disciplinas, os grupos estão realizando uma intervenção profunda na estrutura da universidade (Guimarães, Rios e Sotero, 2020). Essa ação não é apenas pedagógica, mas política, pois altera a forma como a instituição define o que é ciência e quem pode produzi-la (Gomes, 2017).

A trajetória histórica do movimento negro brasileiro oferece as bases para o entendimento das ações coletivas contemporâneas dentro das universidades públicas (Gomes, 2017). As conquistas atuais, como as cotas, são frutos de décadas de pressão externa que agora se internalizam através do ativismo estudantil. Os coletivos herdaram esse repertório de luta e o adaptaram ao contexto acadêmico, utilizando a pesquisa e a extensão como ferramentas de mobilização (Siqueira & Ramos, 2021a; Siqueira & Ramos, 2021b). A fundamentação teórica aqui apresentada reforça que a atuação desses grupos é uma necessidade democrática para o futuro da educação brasileira (hooks, 2013).

3. Metodologia

A pesquisa que deu origem a este artigo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em princípios decoloniais de produção de conhecimento (Silva e Wanderley, 2022). O percurso metodológico foi estruturado a partir da Cartografia de Ecossistemas de Inovação Social, uma técnica desenvolvida pelo Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) (Andion; Alperstedt; Graeff, 2020). Essa metodologia permite rastrear as interações entre diferentes atores e identificar como as soluções para problemas públicos emergem de redes colaborativas. O foco da cartografia não foi apenas o mapeamento geográfico, mas o mapeamento das relações de poder e de solidariedade.

O processo de coleta de dados se desenvolveu a partir do mapeamento dos atores feita através de indicações das próprias iniciativas, de outros atores ou pela coleta de dados secundários em fontes abertas e redes sociais. Na plataforma, a arena de questões raciais e étnicas já possui coletivos que foram mapeados previamente por outros estudos, inclusive por pesquisa prévia realizada pela própria autora em 2024 com o propósito de ampliar o mapeamento nesta arena. Em 2025, um novo mapeamento foi realizado através das redes sociais e indicações dos próprios participantes da pesquisa, ampliando para 16 coletivos negros universitários tanto da UDESC quanto na UFSC. Seus respectivos nomes são:

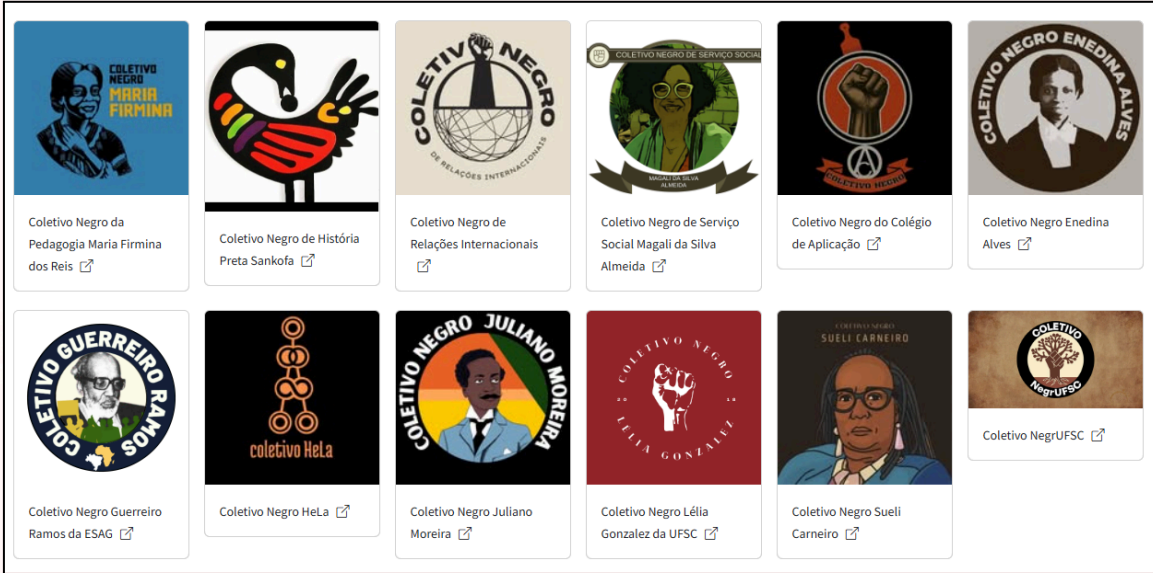
- Coletivo Negro 4P: Poder Para o Povo Preto (UFSC);
- Coletivo Negro CFM (UFSC);
- Coletivo Negro da Pedagogia Maria Firmina dos Reis (UFSC);
- Coletivo Negro de História Preta Sankofa (UFSC);
- Coletivo Negro de Relações Internacionais (UFSC);
- Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida (UFSC);
- Coletivo Negro do Colégio de Aplicação (UFSC);
- Coletivo Negro Enedina Alves (UFSC);
- Coletivo Negro Guerreiro Ramos (UDESC);
- Coletivo Negro HeLa (UFSC);
- Coletivo Negro Juliano Moreira (UFSC);
- Coletivo Negro Lélia Gonzalez (UFSC);
- Coletivo Negro Sueli Carneiro (UFSC);
- Coletivo NegrUFSC (UFSC);
- Coletivo Orí de Psicologia Anti-Racista (UFSC);
- Coletivo SAGRAI (UDESC).

Figura 1 - Coletivos mapeados parte 1



Fonte: imagens extraídas da plataforma do OBISF (2025)

Figura 2 - Coletivos Mapeados parte 2



Fonte: imagens extraídas da plataforma do OBISF (2025)

Já as entrevistas foram feitas com, ao menos, um dos membros dos coletivos observados. Os sujeitos dessa pesquisa foram, portanto, integrantes dos coletivos convidados a compartilhar a sua percepção sobre os aspectos detalhados no Quadro 1, tanto institucionais, quanto individuais. Dos 16 coletivos identificados, 11 foram contatados para participar das entrevistas. Essa diferença se deve ao fato de que foram contactados coletivos que envolviam discentes das universidades e que ainda estavam ativos. Com isso, os coletivos NegrUFSC, Coletivo Negro do Colégio de Aplicação, o Coletivo Negro de Relações Internacionais e o Coletivo 4P não foram contatados para participar da pesquisa. O Coletivo Negro Enedina Alves também não foi contatado por ter sido criado após o período de entrevistas, mas encontra-se na plataforma do OBISF apenas como mapeado. Dos 11 coletivos contatados, 6 retornaram contato e realizaram a entrevista entre os dias 5 e 27 de setembro, totalizando cerca de 8 horas de entrevistas gravadas, todas autorizadas através de um termo de consentimento . Nas 6 entrevistas, participaram um total de 13 pessoas, ou seja, algumas entrevistas foram realizadas em grupo.

Quadro 1: Número de entrevistados de cada coletivo

COLETIVOS ENTREVISTADOS	NÚMEROS DE PESSOAS PRESENTES
Coletivo Negro CFM	1
Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida	1
Coletivo Negro Juliano Moreira	1
Coletivo Negro de História Preta Sankofa	2

Coletivo Negro Guerreiro Ramos da ESAG	3
Coletivo SAGRAI	5
Total de entrevistados	13

Fonte: elaborado pela autora (2025)

No que tange à origem geográfica, a pesquisa identificou que 11 pessoas não são naturais de Florianópolis, o que sugere um corpo discente com representatividade regional. A distribuição de origem no Brasil se concentra majoritariamente na região Sul (5 pessoas), seguida pelas regiões Norte (3 pessoas), Nordeste (2 pessoas) e Sudeste (2 pessoas). Em termos de identidade étnica, 1 pessoa se autodeclara indígena. Por fim, no aspecto acadêmico, a totalidade dos 13 entrevistados possui experiência consolidada na instituição, uma vez que todos estão há mais de 2 anos no curso vigente, sugerindo um perfil de participantes com conhecimento aprofundado sobre o contexto acadêmico e as experiências associadas ao curso.

A escolha dessas unidades de análise permitiu observar como o racismo institucional se manifesta de forma distinta em diferentes áreas do saber (Kilomba, 2019). Enquanto nas ciências humanas a disputa é mais voltada para o currículo, nas ciências exatas e da saúde o foco reside na sobrevivência subjetiva. A metodologia cartográfica permitiu visualizar como esses grupos se conectam entre si e com a gestão central das universidades, formando redes de movimentos sociais (Scherer-Warren, 1996). O uso de transcrições de áudios como fonte primária de dados garantiu que a subjetividade e a voz dos estudantes fossem preservadas na análise.

Finalmente, a pesquisa foi pautada pela ética e pelo compromisso com o retorno social dos dados coletados para as comunidades envolvidas. Não se tratou de uma pesquisa "sobre" os negros, mas "com" os estudantes negros, respeitando seus tempos e seus espaços de fala (Carneiro, 2018). A análise cruzou as percepções individuais dos entrevistados com as categorias teóricas de inovação social e relações socioestatais. Esse desenho metodológico possibilitou uma compreensão profunda de como o agir coletivo pode transformar a estrutura pública universitária a partir da experiência vivida.

4. Relações Socioestatais e o Ativismo dos Coletivos Negros Universitários pela perspectivas dos estudantes

A análise das trajetórias dos estudantes revela que a entrada na universidade é marcada por um profundo sentimento de solidão, evidenciando a instituição como um espaço de reprodução do racismo estrutural (Almeida, 2018). Os relatos convergem para a percepção de que o ambiente acadêmico impõe uma desqualificação constante da intelectualidade negra. Nesse contexto, a formação dos coletivos não é apenas uma escolha afetiva, mas uma resposta estratégica ao racismo institucional.

O Coletivo Negro Juliano Moreira surge no curso de Medicina da UFSC em 2024, como uma estratégia de sobrevivência subjetiva e política em um dos ambientes mais elitizados e brancos da instituição. Sua identidade é pautada no suporte mútuo e na construção de um espaço onde o estudante negro possa se despir das pressões do racismo cotidiano (Kilomba, 2019). Conforme as transcrições, a essência do grupo reside no acolhimento, pois, para seus membros, *"o coletivo é o lugar onde a gente não precisa se explicar"*. Esse aquilombamento funciona como uma tecnologia social indispensável para a manutenção da saúde mental e do senso de pertencimento (Nascimento, 1980).

Na relação com a universidade, o coletivo atua tensionando a gestão para que o combate ao racismo não seja apenas protocolar, mas uma prática efetiva na formação médica. O grupo é frequentemente consultado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), mas os membros criticam a postura reativa da instituição,



ARTIGO

sugerindo que a universidade deveria ser proativa: *"É muito fácil cobrar do coletivo... 'ah, vem aqui, participa disso, nós somos inclusivos, temos um coletivo negro'". Mas também é preciso chamar essa galera pra responsabilidade no sentido de: vocês estão trabalhando num ambiente que lida com pessoas totalmente diversas, vocês precisam ter estrutura e conhecimento para acolher da melhor forma possível essas pessoas.*" Essa interação configura uma forma de ativismo institucional que exige que o Estado universitário desenvolva estruturas de conhecimento para acolher a diversidade de forma digna e integrada (Neves e Brasil, 2024).

O Coletivo Negro de História Preta Sankofa define-se pelo compromisso com o resgate da memória e o combate ao racismo epistêmico dentro da academia. Desde 2023, sua atuação transborda os limites da sala de aula, buscando reconectar os estudantes com uma base ancestral e intelectual que lhes é negada pelos currículos tradicionais (Gomes, 2017). Para os integrantes, o grupo representa um ponto de inflexão na trajetória acadêmica, funcionando como uma ferramenta de autoafirmação onde a história preta deixa de ser um apêndice para se tornar o centro da discussão política e pedagógica.

A relação socioestatal do Sankofa é marcada por uma ocupação estratégica de espaços formais de poder, como os colegiados de curso, para combater o racismo epistêmico. Através desse ativismo, os estudantes intervêm diretamente na construção democrática da universidade ao afirmar que *"o coletivo atua no sentido de dar as caras mesmo, de pautar as bibliografias porque o que se ensina ainda é muito branco. A gente ocupa o colegiado e vira uma pedra no sapato, porque agora os professores precisam pensar duas vezes antes de ignorar a nossa história."* Ao tensionar a burocracia estatal por uma "ecologia de saberes" (Santos, 2019), o coletivo desafia a hegemonia eurocêntrica e força os docentes a revisarem suas práticas, demonstrando que a inovação social na educação surge do enfrentamento direto às estruturas de silenciamento.

Em 2017, nasce o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida, que é uma organização robusta que articula estudantes da graduação, pós-graduação e profissionais já formados, focando na aplicação das pautas raciais no campo do Serviço Social. O grupo carrega o nome de uma intelectual negra de referência, o que reforça sua identidade voltada para a produção de conhecimento e intervenção social (Carneiro, 2018). Sua dinâmica de aquilombamento é intergeracional, permitindo que a experiência das profissionais fortaleça a resistência das estudantes que estão ingressando no ambiente acadêmico.

Institucionalmente, o coletivo estabelece uma relação de parceria crítica e monitoramento com a universidade, atuando diretamente na elaboração de normativas. A agência política do grupo é evidente quando afirmam que *"a gente pauta as minutas de ações afirmativas porque a universidade não faz sozinha. Se a gente não sentar, escrever e cobrar a Pró-Reitoria, as coisas ficam paradas no papel. A gente faz o trabalho técnico que deveria ser da gestão."* Essa ação demonstra que o coletivo atua como um motor de inovação social, preenchendo as lacunas da gestão pública e exigindo que a universidade saia da inércia para implementar políticas de permanência que considerem as especificidades da população negra.

O Coletivo Negro Guerreiro Ramos atua na ESAG/UDESC desde 2022, com o objetivo de promover o pertencimento e o letramento racial em um centro historicamente resistente a debates sobre diversidade. Inspirados pelo legado de Alberto Guerreiro Ramos, os membros buscam humanizar o ambiente acadêmico e criar redes de apoio que evitem a evasão estudantil e contribuir para a promoção da inclusão social (Lima e Ferreira, 2016; Julião, Pereira e Ferreira, 2022). O grupo foca em transformar a cultura organizacional da faculdade, tornando a presença negra um elemento visível e propositivo através de oficinas e eventos que pautam a gestão pública racializada.

A relação com a universidade é caracterizada por um uso sofisticado das ferramentas de administração para exercer o controle social sobre a instituição. Os estudantes aplicam os conhecimentos técnicos de sua formação para exigir transparência e eficácia nas políticas de ações afirmativas. *"Como a gente estuda Administração Pública, a gente sabe como o Estado funciona. A gente usa esse conhecimento a nosso favor para cobrar transparência, para saber onde está o dinheiro das ações afirmativas e exigir que o que é de direito chegue na ponta."* Essa postura reflete uma construção democrática onde o ativismo institucional dos estudantes



negros qualifica a governança universitária, forçando-a a reconhecer a legitimidade das demandas por equidade (Nogueira, 2018).

O Coletivo Negro CFM, criado em 2023, surge em um dos centros mais adversos para a presença negra, o Centro de Física e Matemática, com o objetivo de demarcar a existência de cientistas negros nessas áreas. Sua identidade é construída sobre a quebra de estereótipos, buscando mostrar para os novos ingressantes que as ciências exatas também são espaços de pertença para corpos negros: *"A gente quer mostrar que a gente existe num centro onde geralmente não se via coletivos. A gente precisa que a universidade reconheça isso."* O grupo foca em ser um farol de visibilidade, combatendo a ideia de que esses cursos são territórios exclusivos da branquitude.

No campo das relações socioestatais, o CFM atua mediando o diálogo entre os estudantes e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), buscando simplificar barreiras burocráticas que dificultam a permanência. O grupo pleiteia reconhecimento e estrutura, salientando a importância de *"reverberar essa pesquisa para quanto mais pontos de vista é muito bacana"*. Ao organizar eventos e buscar espaço físico, o coletivo pressiona a universidade para que ela forneça suporte técnico e material que valide a presença negra na ciência, transformando a estrutura rígida do centro em um ecossistema mais acolhedor.

A SAGRAI destaca-se como uma articulação poderosa que une estudantes negros e indígenas, promovendo uma inovação social baseada na interseccionalidade e na solidariedade entre povos marginalizados. Sua principal marca é a Semana Acadêmica Negro Indígena, que funciona como uma arena pública de visibilidade e resistência política (Scherer-Warren, 1996). O coletivo é visto pelos seus membros como uma extensão da família, oferecendo a coragem necessária para enfrentar um ambiente acadêmico muitas vezes hostil e xenofóbico.

A relação com a UDESC é de forte tensionamento e exigência de participação direta nos processos decisórios. Os membros atuam em comissões de ações afirmativas e reuniões de colegiado, exercendo uma pressão constante para que a universidade financie e institucionalize as pautas de diversidade. A fala dos integrantes revela uma lacuna na responsabilidade estatal: *"A universidade é muito lenta e muitas vezes omissa. No fim das contas, a gente tem que ser o apoio que a universidade não dá. Se um aluno negro ou indígena está passando fome ou sofrendo perseguição, ele corre para o coletivo, não para a reitoria, porque aqui ele sabe que vai ter resposta."* Essa atuação demonstra que o coletivo supre as falhas do Estado, construindo uma democracia "de baixo para cima" que exige o recorte de raça e classe em todas as políticas de assistência estudantil.

5. Considerações finais

O estudo dos coletivos negros em Florianópolis permite concluir que esses grupos são atores fundamentais na construção democrática da ação pública universitária, diante do não cuidado da instituição. Os coletivos desempenham o papel no dia a dia na permanência, no cotidiano, enquanto a universidade se preocupa com o macro. Eles operam como laboratórios de inovação social, criando tecnologias de cuidado e resistência que garantem a permanência de uma parcela significativa dos estudantes. A pesquisa evidenciou que, sem o trabalho voluntário e o ativismo desses jovens, os índices de evasão de estudantes negros seriam drasticamente superiores. O aquilombamento acadêmico revela-se como uma estratégia política indispensável para a democratização real (Nascimento, 1980).

Para que a relação socioestatal avance, é necessário que as universidades reconheçam institucionalmente esses coletivos, fornecendo infraestrutura física e apoio financeiro. Não basta apenas aceitar a existência dos grupos; é preciso integrá-los formalmente aos processos de governança e decisão (Andion, 2019). Os desafios futuros passam pelo enfrentamento da sobrecarga desses estudantes, que muitas vezes precisam sacrificar seu desempenho acadêmico para manter o coletivo ativo. O ativismo não deve ser o único pilar da permanência; o Estado precisa assumir sua responsabilidade de forma mais incisiva.

Por fim, este artigo reforça a necessidade de novos estudos que acompanhem a evolução desses coletivos frente ao racismo institucional persistente (Almeida, 2018). A experiência relatada mostra que a

criatividade e a resiliência negra são fontes inesgotáveis de inovação social para os problemas públicos complexos. Que as lições aprendidas com os coletivos analisados sirvam de inspiração para outras instituições de ensino superior. A universidade brasileira só será verdadeiramente pública quando for, em sua essência, plural, racializada e comprometida com a justiça epistêmica (Santos, 2019).

Referências:

- Almeida, S. L. de. (2018). O que é racismo estrutural? Letramento.
- Andion, C. (2025). In search of a positive, historical and experimentalist definition of civil society. In A. Bassi, M. A. Alves, & C. Cordey (Eds.), *The Future of Third Sector Research* (pp. 67-80). Springer.
- Andion, C., & Magalhães, T. (2021). (Re)Aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas: Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. *Sociedade e Estado*, 36(2), 513–543. <https://doi.org/10.1590/S0102-6992-202136020007>
- Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: Um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 54(1). <https://doi.org/10.1590/0034-761220180418>
- Andion, C., Ronconi, L., Moraes, R. L., Gonsalves, A. K. R., & Serafim, L. B. D. (2017). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: Uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369–387. <https://doi.org/10.1590/0034-7612158935>
- Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 181-200.
- Andion, C., Alperstedt, G. D., Graeff, J. F., & Ronconi, L. (2021). Social innovation ecosystems and sustainability in cities: a study in Florianópolis, Brazil. *Environment, Development and Sustainability*, 24(1), 1259-1281.
- Batista, L. B., et al. (2022). Ações que pintam a universidade de povo: Carta do Coletivo Negro Marlene Cunha para a sociedade brasileira. *Mana*, 28(3). <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3c1300>
- Brasil. (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a implementação de cotas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial da União*.
- Carneiro, S. (2018). Escritos de uma vida. Letramento.
- Cayres, D. C. (2017). Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (82), 81–104.
- Cefai, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1). *Novos Estudos - Cebap*, 36(1), 187-214.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1223–1245. <http://www.cedes.unicamp.br>



ARTIGO

Favato, M. N., & Ruiz, M. J. F. (2018). REUNI: Política para a democratização da educação superior? *Revista Eletrônica de Educação*, 12(2), 448–463. <http://dx.doi.org/10.14244/198271992365>

G1. (2022, 11 de novembro). Proporção de pobres, pretos e pardos chega ao dobro em relação aos brancos, mostra IBGE. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml>

Gomes, N. L. (2017). *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes.

Guimarães, A. S. A., Rios, F., & Sotero, E. (2020). Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(2), 309–327. <https://doi.org/10.25091/S01013300202000020004>

Guirza Lavallo, A., & Szwako, J. (2015). Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, 21(1), 157–187.

Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Martins Fontes.

Julião, C. R. F., Pereira, L. I., & Ferreira, M. A. M. (2022). O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. *Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual*, 15(1), 203–225. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e84021>

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Orfeu Negro.

Lima, F. S., & Zago, N. (2018). Desafios conceituais e tendências da evasão no ensino superior: A realidade de uma universidade comunitária. *Revista Internacional de Educação Superior*, 4(2), 366–386.

Lima, W. A. S., & Ferreira, L. C. (2016). Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. *Meta: Avaliação*, 8(22), 116–148.

Marcelino, K. F. (2025). *A universidade tem cor: O racismo na Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração das universidades públicas catarinenses* [Tese de Doutorado, Universidade do Estado de Santa Catarina].

Marques, M. de S. (2023). Interações socioestatais: Aspectos epistemológicos e contribuições a partir da abordagem estratégico-relacional e da perspectiva da pólis. *Tempo Social*, 35(2), 157–188.

Moraes, R. L. (2014). *Ação coletiva e inovação social na esfera pública: Análise da experiência do movimento de combate à corrupção eleitoral (MCCE) no Brasil* [Dissertação de Mestrado/Tese].

Munanga, K. (2009). *Negritude: Usos e sentidos*. Autêntica.

Nascimento, A. (1980). *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Vozes.

Neves, L. B. P., & Brasil, F. de P. D. (2024). Democracia, participação social e inovações institucionais: uma abordagem do Centro de Referência das Juventudes de Belo Horizonte. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 14, 1–28, e141216. <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1216>

Nogueira, A. M. R. (2018). Territórios negros em Florianópolis [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191255>

Observa Floripa. (n.d.). Observa Floripa: Indicadores de Florianópolis. <https://observafloripa.com.br/>

Ramos, R. M., & Siqueira, J. P. (2021). Quilombos acadêmicos: A re-existência de práticas ancestrais afro-brasileiras na Universidade de Brasília. *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8(17), 275–298.

Santos, B. de S. (2019). O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul. *Autêntica*.

Santos, T. C. M. dos, Oliveira, T. C., & Azevedo, L. S. de. (2022). Insurgências coletivas e vivências no contexto acadêmico: A experiência de reconhecimento de sujeitos e saberes a partir do coletivo negro Fuzuê. *Humanidades & Inovação*, 8(67), 146–156.

Scherer-Warren, I. (1996). *Redes de movimentos sociais*. Edições Loyola.

Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos* (2. ed.). Cengage Learning.

Silva, V. F., & Wanderley, S. (2022). Aproximações entre a metodologia da investigação temática e a abordagem decolonial: Uma proposta para a área dos estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(4), 514–526. <https://doi.org/10.1590/1679-395120210156>

Siqueira, J. P., & Ramos, R. M. (2021). As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na universidade: Fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico. *Quaderns de Psicologia*, 23(3), Artigo e1766. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1766>